

APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL EM FLORESTAN FERNANDES

Ana Rodrigues Cavalcanti Alves¹

RESUMO

O presente artigo visa discutir a contribuição de Florestan Fernandes aos estudos sobre classes sociais, a partir da proposição de três apontamentos gerais acerca de sua abordagem teórico-metodológica, tal como aparece em distintos momentos de sua trajetória intelectual. O primeiro deles busca destacar 1) uma compreensão *sintética* do conceito de classes sociais que abrange suas dimensões sincrônica e diacrônica, objetiva e subjetiva, de modo a captar variações significativas em suas diversas manifestações histórico-sociais. O segundo apontamento se concentra sobre a 2) ênfase do autor acerca da pertinência teórica da utilização do conceito de classes sociais para analisar não somente os países capitalistas centrais, mas também aqueles vinculados ao capitalismo dependente. O terceiro apontamento sugere 3) a afirmação do caráter complexo e multifacetado das lutas sociais, que envolvem diversos domínios da vida social e articulam diferentes formas de hierarquização e dominação social. A análise permite lançar luz sobre aspectos pouco explorados da compreensão do autor acerca da dinâmica das classes sociais e destacar as continuidades e reelaborações conceituais de Florestan Fernandes ao longo de sua trajetória.

PALAVRAS-CHAVE

Florestan Fernandes. Classes sociais. Sociedade Brasileira. Capitalismo dependente. Lutas sociais.

¹ Doutora em Sociologia (UFPE) e Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: anarodrigues@ufba.br. É autora de *A (des) continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe* (Editora UFPE, 2016 - Série Sociologia) e de *“Com o suor do trabalho”*: uma análise do ethos dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo (no prelo). Este artigo é produto do trabalho coletivo e da colaboração dos integrantes da Pesquisa “Florestan Fernandes e os dilemas sociais brasileiros: história do tempo presente”. Agradeço a Eliane Veras Soares, Remo Mutzenberg, Diogo Valença, Aristeu Portela Jr. e Lucas Trindade da Silva pelas valiosas contribuições. Agradeço também a Daniel Bandeira e Lucas Amaral pela revisão do texto. E-mail: anarodrigues86@gmail.com

Introdução

Florestan Fernandes tem sido merecidamente reconhecido pela sua importância no debate sobre classes que se desenvolve no âmbito das ciências sociais brasileiras, contribuindo para o estabelecimento de um modelo de análise dominante na sociologia brasileira desde o momento de sua institucionalização no país, nos anos 1940, até pelos menos meados dos anos 1970, o qual dá origem a uma tradição de estudos que pode ser observada até os dias atuais. No entanto, acreditamos que o debate sobre a contribuição de Fernandes para uma análise sociológica das classes sociais está longe de ser exaurido, haja vista que uma leitura mais atenta de suas obras permite lançar luz sobre aspectos pouco explorados de sua compreensão sobre o conceito de classe social e destacar as continuidades e reelaborações conceituais empreendidas pelo autor ao longo de sua trajetória intelectual.

Comumente associado a uma posição macroestrutural e a uma Sociologia Econômica que focaliza “a articulação entre a dinâmica interna de classes, o estado nacional e a ordem capitalista mundial”² (GUIMARÃES, 2002, p. 16) – cuja análise capital é explicitada em *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975/2006) –, Florestan Fernandes parece exprimir uma compreensão abrangente da noção de classes sociais, que envolve também seus aspectos *culturais* e *subjetivos*, na análise da dinâmica das sociedades capitalistas. Além disso, em suas investigações de caráter empírico, é possível perceber a afirmação da pertinência do conceito para analisar os paradoxos associados à formação de uma estrutura de classes marcada por um passado colonial e escravocrata e

² É importante destacar que o próprio autor reconhece a teoria do desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas dependentes como seu principal foco de trabalho e sua principal contribuição a uma Sociologia Econômica (FERNANDES, 1975a, p. 17). Porém, o que queremos argumentar aqui é que tal interpretação não esgota a contribuição do autor para o debate sociológico sobre classes sociais.

vinculada ao capitalismo dependente, como é o caso da sociedade brasileira e de outros países da América Latina.

Nesse sentido, mais do que pretender encerrar o debate sobre a relevância de Florestan Fernandes aos estudos sobre classes sociais, os apontamentos apresentados neste artigo constituem um convite à leitura/releitura da obra do autor no momento de comemoração de seu centenário de nascimento, que permita inquirir sobre a atualidade de seu pensamento e aprofundar a compreensão acerca de suas contribuições ao debate sociológico sobre classes sociais.

Para tanto, serão discutidas algumas das principais obras em que Florestan Fernandes explicita sua abordagem teórico-metodológica das classes sociais, em diferentes momentos de sua trajetória intelectual. Vale destacar 1) sua participação no primeiro debate teórico sobre classes sociais no Brasil, que teve lugar no final dos anos 1940; 2) os desdobramentos teóricos de sua pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, a partir dos anos 1950 e 3) sua análise sobre o paradoxo das classes sociais na América Latina nos marcos do capitalismo dependente, desenvolvida nos anos 1960/1970³.

A análise empreendida nos conduziu à proposição de três apontamentos gerais sobre a noção de classes sociais no pensamento de Florestan Fernandes. O primeiro deles busca destacar 1) uma compreensão *sinéctica* do conceito de classes sociais que abrange suas dimensões sincrônica e diacrônica, objetiva e subjetiva, de modo a captar variações significativas em suas diversas manifestações histórico-sociais. O segundo apontamento se concentra sobre a 2) ênfase do autor acerca da pertinência teórica do conceito de classes

³ De igual importância são os artigos e depoimentos publicados pelo autor a partir dos anos 1970, em que realiza um balanço de sua trajetória social, política e intelectual, analisados em outro trabalho (ALVES, no prelo). Além disso, é importante ressaltar as publicações posteriores do autor, como é o caso de *O significado do protesto negro*, escrita num momento em que atuava como parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que contribuem para reforçar algumas das interpretações sustentadas em nossas notas.

sociais para analisar não somente os países capitalistas centrais, mas também aqueles vinculados ao capitalismo dependente, como é o caso dos países latino-americanos, num contexto de crise econômica e política e de reestruturação do capitalismo mundial, a partir dos anos 1970. Por fim, o terceiro apontamento sugere a 3) afirmação de Florestan Fernandes sobre o caráter complexo e multifacetado das lutas de classe, que abrangem diversos domínios da vida social e se articulam com outras formas de hierarquização e dominação social, as quais exigem a elaboração e utilização de outros conceitos e variáveis na análise das desigualdades sociais. Tais apontamentos serão desenvolvidos a seguir.

Uma compreensão *sintética* do conceito de classes sociais

Florestan Fernandes apresenta uma primeira versão de sua abordagem teórico-metodológica das classes sociais ainda no final dos anos 1940, quando participa do primeiro debate teórico sobre classes desenvolvido no âmbito das ciências sociais brasileiras, no momento de sua institucionalização no país. O debate opôs sobretudo sociólogos e antropólogos que sustentavam concepções distintas sobre a noção de classe social, bem como diferentes propostas metodológicas para analisar a dinâmica de classes vigentes na sociedade brasileira. De um lado, Donald Pierson e Emílio Willems sustentam uma concepção de classe que remete à ideia geral de estratos sociais, passível de aplicação em qualquer sociedade humana, que seriam dotados de consciência e sociabilidade próprias. De outro lado, Luiz de Aguiar Costa Pinto e Florestan Fernandes que concebiam as classes como formações histórico-sociais e modalidades típicas de ordenação das relações sociais vigentes nas sociedades capitalistas, responsáveis pelo condicionamento das ações coletivas nessas sociedades.

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 14), estavam em jogo nesse debate não somente as concepções de duas tradições disciplinares – a sociologia *versus* a antropologia –, ou ainda duas perspectivas metodológicas distintas – os estudos de comunidade *versus* os estudos histórico-estruturais –, mas também uma disputa que visava estabelecer “o objeto mesmo da reflexão sociológica no Brasil”.

Os estudos de comunidade se inserem em um esforço intelectual mais amplo de apreender as transformações da sociedade brasileira em curso na primeira metade do século XX, focalizando as condições que possibilitaram a expansão urbana e industrial, bem como os problemas sociais advindos com tais mudanças. Fortemente inspirados nas ciências sociais norte-americanas, tais estudos buscavam fornecer instrumentos racionais de intervenção social. No entanto, segundo Octávio Ianni (1989, p. 60), as aspirações desses estudos não foram concretizadas em virtude de uma inadequação entre os alvos da investigação e os procedimentos metodológicos utilizados. Essa inadequação envolveria uma sobrevalorização da solução metodológica, voltada à observação e descrição empírica e microscópica do funcionamento atual da comunidade, em detrimento da formulação de um modelo teórico capaz de orientar a análise das condições e tendências reais das mudanças constatadas, por meio da identificação de suas conexões estruturais e funcionais diacrônicas.

É nesse contexto que Florestan Fernandes apresenta seu artigo *Análise sociológica das classes sociais*, publicado pela primeira vez em 1948, na revista *Sociologia*, organizada pela Escola de Sociologia e Política em São Paulo, que serviu de veículo ao primeiro debate teórico sobre classes sociais no Brasil (GUIMARÃES, 2002). Nesse texto, o sociólogo paulista busca sistematizar o conceito de classe social, definido como objeto fundamental da sociologia, e propor uma orientação metodológica que deveria

guiar a análise científica da “origem, estrutura e dinâmica da sociedade de classes” na nascente sociologia brasileira (FERNANDES, 1971, p. 68).

Para tanto, Fernandes considera fundamental o aproveitamento das contribuições legadas pelos clássicos da Sociologia – como Marx, Tönnies, Durkheim, Max Weber, dentre outros –, responsáveis pela elaboração das principais teorias sobre as fontes da diferenciação em classes nas sociedades ocidentais. Segundo o autor, isso permitiria situar o problema das classes sociais de modo mais rigoroso, já que

no esquema conceitual por eles desenvolvido e manipulado, seria difícil confundir as classes sociais com outros tipos de estruturação societária (estamentos e castas) ou ainda encontrar fundamentação lógica para o emprego do conceito no sentido indiscriminado de “camada social” (FERNANDES, 1971, p. 69. Grifos do autor).

Nesse sentido, o conceito de classe social só teria lugar em sociedades cuja organização social é altamente complexa e diferenciada:

sociedades em que a ordenação das atividades e relações sociais promove a distribuição dos indivíduos por camadas sociais, distinguidas na base de um sistema de graduação social, mas relativamente permeáveis, e nas quais as probabilidades de participação da cultura, de disposição do ócio e de exercício da autoridade, bem como as oportunidades de especialização profissional, de acumulação de riquezas e de aquisição de prestígio são diretamente condicionadas pelo agrupamento dos indivíduos em camadas sociais (FERNANDES, 1971, p. 70).

Além disso, a abordagem teórico-metodológica das classes sociais proposta por Florestan Fernandes se ancora no método histórico-estrutural, que permite destacar o seu caráter dinâmico, diacrônico, de “realidade viva e em devir” (FERNANDES, 1971, p. 76). Desse modo, o autor rejeita concepções naturalistas de classe social, consideradas incapazes de apreender conceitualmente a instabilidade e variabilidade das situações de classe ou de propor explicações racionais para as distinções, barreiras e atividades

organizadas em classe. Faz-se necessário, portanto, um método mais sensível às modificações do processo social, como é o caso do método histórico.

Para Fernandes, o conceito sociológico de classe deve ser concebido como uma elaboração típico-ideal, capaz de abranger variações amplas e significativas, dadas as peculiaridades da evolução do capitalismo e das condições de existência social em cada sociedade. Em seu balanço sobre o conceito sociológico de classe social, Fernandes (1971, p. 74) mostra que, para enfrentar tais dificuldades, os sociólogos buscaram dotar esse termo de “1) precisão lógica, incluindo na conceituação todos e exclusivamente os caracteres da “classe social”; 2) compreensão adequada de modo a apanhar todas as manifestações histórico-sociais conhecidas do fenômeno”.

Longe de constituir uma barreira ao conhecimento sociológico, a “forma histórica” assumida pela ordenação das relações em classe e os diversos exemplos de suas manifestações peculiares nas sociedades ocidentais constituem a condição mesma de sua existência, fornecendo “a base empírica e os elementos necessários à conceituação típico-ideal e ao conhecimento *sintético* das classes sociais” (FERNANDES, 1971, p. 76. Grifo nosso).

A construção de uma abordagem *sintética* das classes sociais, proposta por Florestan Fernandes no texto de 1948, já sugere a consideração dos *aspectos sincrônicos, culturais e subjetivos* , ao lado dos elementos diacrônicos, na análise da dinâmica das classes sociais nas sociedades capitalistas. Tal sugestão fica patente tanto em sua definição do conceito sociológico de classe social, quanto no debate que trava diretamente com a Antropologia Cultural.

Assim, Fernandes recorre sobretudo à conceituação de Marx e de Weber para apreender as condições objetivas que definem a classe social. Para o autor, uma classe

social se define tanto pela capacidade de disposição de bens e serviços, como pela percepção dos membros que partilham das mesmas condições objetivas como sendo iguais – a despeito de todas as diferenças que possam existir entre si – e dos outros grupos como sendo “superiores” ou “inferiores”, “deles esperando ou exigindo tratamento equivalente” (FERNANDES, 1971, p. 74). Temos aqui uma definição *relacional* do conceito de classe social, em contraposição às concepções substancialistas que o autor rejeitava.

A classe social é definida também pelas “oportunidades de especialização ocupacional, de acumulação de riqueza, de distribuição do ócio, de aquisição de prestígio, de participação da cultura e de exercício da autoridade” (FERNANDES, 1971, p. 74-75). Tal definição revela a importância dos recursos culturais e subjetivos na determinação da posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social.

É sobretudo no debate travado com a Antropologia Cultural que Florestan Fernandes explicita sua concepção sobre o papel das diferenças culturais em uma sociedade de classes. É importante destacar que Fernandes defendia a importância de se incorporar as contribuições legadas pela Antropologia Cultural, ligadas à análise sincrônica e minuciosa do comportamento dos membros de cada classe, das relações de classe entre si e aos problemas envolvidos na participação da cultura e organização da personalidade – até porque “a compreensão das classes sociais como um fenômeno histórico é insuficiente para a explicação sociológica” (FERNANDES, 1971, p. 76).

Contudo, diferentemente do que defendiam os antropólogos culturais, Fernandes (1971, p. 79) afirma que a posição ocupada na estrutura social define as oportunidades de participação da cultura e não o contrário. Assim, as diferenças culturais são concebidas como “índices de diferenciação social”, que “exprimem, objetivamente, as oportunidades

de participação da cultura oferecidas aos indivíduos em sociedades de classes” (FERNANDES, 1971, p. 81). Em situações sociais estáveis, tais diferenças assumem a função de preservar a distância e manter as barreiras existentes entre as classes sociais – considerando que “a classe social determina *tanto o ethos como o modo de pensar de seus componentes*” (FERNANDES, 1971, p. 88. Grifos do autor). Porém, segundo Fernandes (1971, p. 81-82), “em situações sociais instáveis inspiram, sob a forma de ideologias e utopias, tanto movimentos sociais reacionários quanto revolucionários”. Trata-se de concebê-las como representativas das condições de existência social em sociedades de classes, cuja organização condiciona o significado e a função de tais diferenças.

Essa discussão permite perceber a compreensão *sintética* do fenômeno da diferenciação em classes no pensamento de Florestan Fernandes, que envolve dimensões sincrônicas e diacrônicas, objetivas e subjetivas, materiais e culturais. Mas é sobretudo quando passa da formulação típico-ideal à análise de situações histórico-sociais concretas que podemos observar a aplicação dessa compreensão nas investigações sociológicas empreendidas pelo autor. Assim, em suas obras de caráter empírico, o conceito de classe social é tomado como ferramenta heurística na compreensão e explicação dos processos sociais engendrados no seio da sociedade brasileira, como é possível observar em *A integração do negro na sociedade de classes* (FERNANDES, 1965/1978) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975/2006). Embora uma análise exegética das referidas obras extrapole o escopo do presente artigo, é possível observar nelas o esforço do autor em integrar as condições objetivas e subjetivas, estruturais e disposicionais, sincrônicas e diacrônicas na análise do contexto de emergência e desenvolvimento de uma sociedade de classes no Brasil.

Em *O significado do protesto negro*, Fernandes (1989) retoma sua experiência na pesquisa sobre relações raciais em São Paulo, nos anos 1950, desenvolvida em conjunto com Roger Bastide – com o financiamento da Unesco –, e considerada pelo autor como sendo decisiva para a sua trajetória intelectual e política. De acordo com ele, a tentativa de explicar a realidade histórica exigia uma abordagem interdisciplinar, capaz de articular as dimensões micro e macro, economia e personalidade, sociedade e cultura, em suas relações recíprocas, envolvendo, portanto, a contribuição de diversas áreas de investigação, embora o conhecimento alcançado devesse ser sistematizado sobretudo a partir do quadro conceitual da sociologia. Além disso, Eliane Veras Soares, Maria Lúcia Braga e Diogo Valença de A. Costa (2002, p. 38) destacam a inovação metodológica presente neste estudo, devido à utilização de debates com líderes e representantes dos movimentos negros em São Paulo, em diferentes níveis, e da aplicação de uma variedade de métodos e técnicas que permitiam acessar as manifestações raciais da população. Já nesse estudo, cujos primeiros resultados foram publicados em 1955, a observação das experiências humanas se mostra fundamental na reconstrução de uma situação histórico-social concreta.

De modo semelhante, em *A integração do Negro na Sociedade de Classes*⁴, Florestan Fernandes (1965/1978) empreende uma análise acerca das condições psicossociais, culturais, econômicas e políticas que permitem a alguns atores sociais se integrar no mercado e na então nascente ordem social competitiva – como é o caso do imigrante –, ao passo que os negros permanecem espoliados e marginalizados nesse processo. O autor destaca as diferenciações observadas no meio negro, resultantes das

⁴ Apresentada originalmente em 1964 como Tese de Cátedra para assunção da Cadeira de Sociologia I na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

diversas origens e posições ocupadas pelos negros no sistema escravocrata – tais como o negro da casa-grande e o negro do eito – e as funções assumidas pelas diferenças de gênero, que possibilitam a incorporação de diferentes disposições e habilidades, as quais condicionaram uma inserção diferenciada na ordem social competitiva – a exemplo das mulheres negras que vão se inserir mais rapidamente no mercado, como empregadas domésticas, devido à sua experiência com o trabalho doméstico no interior da casa-grande. Aqui também é possível observar a importância dos aspectos subjetivos na análise da posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social pelo espaço conferido por Fernandes aos relatos de seus informantes acerca da experiência vivida pela população negra, seus anseios e reivindicações, que ganham as páginas de seu clássico livro⁵.

Apesar de suas contribuições teóricas para uma compreensão *sintética* e *relacional* do conceito de classe social, que incorpora suas dimensões objetivas e subjetivas, econômicas, políticas e culturais, Florestan Fernandes será reconhecido sobretudo pela sua contribuição às análises macrossociais – que permitiram estabelecer a investigação do desenvolvimento de uma sociedade capitalista no Brasil como principal objeto da Sociologia Brasileira – e por propor um modelo de análise que destaca a centralidade da ação de classe na reprodução/transformação da estrutura social. Segundo Antônio Sérgio Guimarães (2002), o modelo de análise proposto por Florestan Fernandes se tornou dominante na sociologia brasileira até meados dos anos 1970 – momento em que começa a perder sua centralidade, abrindo espaço para outras perspectivas teóricas.

⁵ É importante destacar a ênfase de Fernandes nos aspectos subjetivos do racismo e de suas consequências para a formação da personalidade e as formas de sociabilidade da população negra, que tem levado alguns estudiosos a destacar a existência de afinidades eletivas entre Florestan Fernandes e pensadores anticoloniais como Frantz Fanon (FAUSTINO, 2015).

Os balanços acerca dos estudos sobre classe no Brasil destacam a perda de centralidade da teoria marxista e dos estudos estruturalistas como uma das principais razões para o descentramento da modalidade de estudos inaugurada por Florestan Fernandes e levada a cabo por seus principais colaboradores. Bertonceolo (2014) destaca duas razões para a perda de centralidade no marxismo na teoria social. A primeira delas se deve ao peso decrescente da força de trabalho industrial nos países industrializados e à crescente diferenciação das frações não-proprietárias nas estruturas de classe das sociedades capitalistas avançadas. Em segundo lugar, a emergência de ondas de protesto social, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, que não pareciam possuir nenhuma relação significativa com a mobilização operária e a luta de classes – centrada na relação entre capital e trabalho (BERTONCELO, 2014, p. 9).

No entanto, vale destacar outra razão que teria contribuído para o destino daquela tradição teórica, ligada ao Golpe de 1964 e, particularmente, à implementação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, que expressa o agravamento da repressão militar no país, com brutais consequências para as universidades brasileiras. Isso porque a teoria das classes sociais estivera ligada conceitualmente, até então, a algumas grandes tradições teóricas, e sobretudo à sociologia uspiana⁶ (GUIMARÃES, 2002, p. 22). O AI-5 provocou um grande impacto na Universidade de São Paulo, determinando a aposentadoria compulsória de professores que empreendiam aquela modalidade de análise de classes, como é o caso de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

⁶ Outras tradições teóricas destacadas por Guimarães (2002) são a sociologia nacional-desenvolvimentista do ISEB, a ortodoxia marxista dos partidos de esquerda e a sociologia latino-americana, desenvolvida na FLACSO e na CEPAL.

Se, por um lado, esse contexto conduz Florestan Fernandes ao exílio no Canadá e provoca uma profunda crise intelectual e moral, de desencanto com relação às potencialidades da Sociologia na ordem social capitalista, por outro lado, é a partir desse momento que o autor desenvolve uma análise histórico-social mais concreta acerca das especificidades assumidas pela sociedade de classes nos países da América Latina – que será discutida na próxima seção.

De acordo com os principais balanços sobre os estudos de classe no Brasil, é somente a partir dos anos 1970 que a sociologia brasileira abre espaço para novos enfoques teóricos, mais atentos à dimensão subjetiva e cultural da classe social. Desse modo, Bertonecelo (2014) destaca que o debate no Brasil a partir desse período acompanhou de perto os esforços observados no cenário internacional, que buscavam enfrentar os desafios colocados à teoria das classes sociais, abrindo espaço para o desenvolvimento de enfoques teóricos ligados à abordagem neomarxista, à abordagem neweberiana e à teoria das classes sociais proposta por Pierre Bourdieu. Esta última, a que o próprio autor se filia, destacar-se-ia pela adoção de uma perspectiva sintética das classes sociais, que engloba critérios objetivos e subjetivos, focalizando a formação sociocultural das classes sociais.

De modo semelhante, Guimarães (2002) destaca a influência de intelectuais marxistas britânicos como E. P. Thompson e Raymond Williams no campo sociológico brasileiro, a partir dos anos 1980, que permitem pensar a importância da cultura para a formação das classes e suas relações. Tal influência possibilita uma mudança conceitual no debate brasileiro, caracterizada por uma ênfase nos condicionamentos subjetivos da classe, notadamente nos estudos sobre a formação de uma cultura operária no Brasil⁷.

⁷ De acordo com Guimarães (2002, p. 25), essa mudança conceitual pode ser percebida pelo uso sistemático de conceitos como “experiência”, “imaginário”, “cotidiano” e “cidadania”, que exprimem o alargamento e

Porém, como vimos aqui, uma leitura mais atenta da obra de Florestan Fernandes permite matizar a interpretação de que o autor teria se concentrado nos aspectos estruturalistas e macroestruturais da análise de classe e lançar luz sobre outras contribuições do autor a esse debate, ligadas a uma compreensão sintética do conceito de classe social esboçada desde o início de sua trajetória intelectual.

Classes sociais e capitalismo dependente

Embora a tese sobre a existência de uma ruptura epistemológica no pensamento de Florestan Fernandes⁸ (FREITAG, 1987), após o golpe de 1964, tenha sido problematizada a partir de uma análise da história de vida do autor que destaca as continuidades da atuação intelectual e política ao longo de sua trajetória (SOARES, 1997), alguns estudiosos de sua obra apontam a existência de importantes reformulações teóricas e conceituais no pensamento de Fernandes a partir dos anos 1960 (BRASIL JR., 2013, 2017; SILVA, 2021, no prelo).

De acordo com Antônio Brasil Jr. (2013, 2017), a introdução do construto *capitalismo dependente*, na segunda metade dos anos 1960, permite a Florestan Fernandes uma rearticulação dos termos “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento”, os quais deixam de operar na chave da “irracionalidade” e passam a constituir a condição *normal e racional* do sistema social⁹. Nesse sentido, esse construto conferiria maior

a crítica do conceito de classe social até então utilizado pela sociologia, com o intuito de incorporar práticas culturais e sociais de enfrentamento cotidiano.

⁸ Barbara Freitag apresentou na Jornada de Marília, em 1986, a tese da ruptura epistemológica no pensamento do autor, a partir do processo desencadeado pelo Golpe de 1964 e de seu posterior afastamento compulsório da Universidade de São Paulo, em 1969. Tais eventos teriam favorecido a transição do autor de uma fase acadêmico-reformista para outra político-revolucionária (FREITAG, 1987).

⁹ Segundo o autor, embora a noção de dependência já operasse nos textos de Florestan Fernandes desde os anos 1950, é somente a partir do final dos anos 1960 que ela assume real importância explicativa, com o artigo “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, escrito em 1967 para um seminário na Universidade de Münster, na Alemanha (BRASIL JR., 2017).

unidade e elegância conceitual às análises de Fernandes sobre desenvolvimento, absorvendo as hipóteses da “demora cultural” e do “dilema social brasileiro”, as quais são colocadas em outro patamar. Nesta reformulação conceitual permanece a ideia sobre os descompassos entre as diferentes partes da sociedade e as inconsistências entre valores e práticas sociais. Contudo, a diferença fundamental é que deixa de existir qualquer expectativa com relação às possibilidades de sua superação histórica nos marcos do capitalismo dependente (BRASIL JR., 2017).

Nesta seção, buscamos discutir quais os impactos dessas reformulações teóricas para a compreensão de Florestan Fernandes do conceito de classe social e a pertinência da utilização desse conceito para analisar tanto os países capitalistas hegemônicos, como aqueles vinculados ao capitalismo dependente, num contexto de forte descrédito da noção de classe social nas Ciências Sociais em todo o mundo, em virtude das mudanças inauguradas pelo capitalismo sobretudo a partir dos anos 1970.

Conforme discutido na seção anterior, é possível observar a perda de centralidade da teoria marxista, diante de suas limitações para responder às novas configurações do capitalismo tardio – acompanhada da emergência de novos enfoques teóricos. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2010) destacam que muitos dos antagonismos e problemas cruciais que emergem nas sociedades contemporâneas pertencem a campos de discursividade que são externos ao marxismo. Dentre tais antagonismos, seria possível observar a emergência de novos movimentos sociais, articulados por identidades que se constituem fora do mundo do trabalho e colocam em xeque a centralidade do proletariado na teoria marxista. Além disso, a validade da própria noção de classe passa a ser questionada na teoria social como categoria teórica e política capaz de apreender a

constituição de identidades e o caráter complexo assumido pelas lutas sociais na contemporaneidade.

Ainda no início dos anos 1970, Florestan Fernandes (1975b, p. 34) afirma o aspecto “pouco preciso e criador” deste debate, destacando que ele se constitui como um aspecto da crise ideológica vivenciada pelo mundo naquele momento. Segundo o autor, “os cientistas sociais, mesmo quando se proclamam ‘neutros’ e ‘objetivos’ participam dessa crise e a instilam em suas análises e interpretações” (FERNANDES, 1975b, p. 34. Grifos do autor). Isso ocorre, por exemplo,

quando anunciam o fim das classes sociais sob a égide do próprio capitalismo, numa época em que o capitalismo monopolista revitaliza a sociedade de classes, reorganizando-a em escala mundial (...) e convertendo-a em uma realidade primordialmente política da qual dependeria a ‘sobrevivência’ da *civilização*, da *democracia* e do *cristianismo*. Ao que parece, a uma crescente flexibilidade tecnológica e econômica, corresponde uma forte rigidez ideológica e política, o que explica porque as condições externas de existência suscitam um clima de pânico intelectual e de inibição ou distorção de todas as formas de pensamento crítico (FERNANDES, 1975b, p. 34. Grifos do autor).

Assim, em comunicação apresentada ao *Seminário sobre os Problemas de Conceituação das Classes sociais na América Latina*, ocorrido em Mérida, no México, em dezembro de 1971, Florestan se posiciona neste debate, reafirmando a pertinência do conceito de classe social para analisar tanto os países capitalistas hegemônicos como os países da periferia, particularmente da América Latina. Para tanto, o autor reafirma muitas das posições teóricas e metodológicas já apresentadas no artigo de 1948, como a pertinência do conceito de classe social “para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista” – em contraposição ao seu emprego genérico (ainda corrente) para analisar qualquer tipo de estrato social (FERNANDES, 1975b, p. 33).

Fernandes (1975b) retoma, mais uma vez, as categorias de pensamento e explicação da sociologia clássica, advertindo, no entanto, que elas precisam ser adequadas

empírica e interpretativamente ao presente e à realidade da América Latina – esforço perseguido em seus trabalhos. Por um lado, o autor enfatiza a necessidade de considerar as especificidades assumidas pela sociedade de classes em cada contexto histórico particular – posição convergente com aquela assumida em *Análise Sociológica das classes sociais*, em favor da construção de um conceito de classe suficientemente aberto para captar suas diversas manifestações histórico-sociais. Por outro lado, é possível observar neste momento um tratamento mais crítico com relação aos clássicos da Sociologia, dada a sua incapacidade de apreender as especificidades dos países de capitalismo dependente.

Em primeiro lugar, faz-se necessário se contrapor, neste debate, à ideia de que não seria possível falar em uma “sociedade de classes” nos países da América Latina, devido à coexistência e superposição de diferentes realidades anteriores à “era das classes sociais”, “que as negam, contradizem ou pelo menos as solapam” (FERNANDES, 1975b, p. 34). Para o autor, mesmo nas sociedades capitalistas hegemônicas, não é possível simplificar a história, afirmando uma completa ruptura com as relações, estruturas e funções do antigo sistema, as quais “não foram suprimidas pelas sucessivas reorganizações do espaço econômico, sociocultural e político provocadas pelas diversas revoluções do capitalismo moderno” (FERNANDES, 1975b, p. 35). Assim,

tais relações, estruturas e funções sobreviveram – às vezes provisoriamente – porém foram absorvidas pelo mercado capitalista, pelo sistema de produção capitalista ou por ambos e perderam eficácia social ou significado histórico. O que não quer dizer que não tenham contribuído (ou não estejam contribuindo) para projetar nas relações de classe tensões e conflitos que não seriam típicos do “capitalismo moderno” (e que por vezes não podem ser resolvidos através dos dinamismos de integração social e de solidariedade inerentes à sociedade de classes) (FERNANDES, 1975b, p. 35. Grifos do autor).

Tal complexidade se mostra presente não somente nos países da América Latina, como também apareceu nos países da Europa e persiste nos Estados Unidos, exigindo uma redefinição do modelo sociológico clássico acerca do capitalismo e da sociedade de classes, capaz de integrar as especificidades observadas tanto nos países capitalistas hegemônicos como nos países da periferia. Há, portanto, uma espécie de quebra com relação ao tipo de sociedade de classes na reformulação teórica proposta por Fernandes, que permite pensar a sua configuração típica nas condições predominantes nas sociedades latino-americanas.

Segundo Florestan Fernandes (1975b, p. 44), ao menos três questões devem ser consideradas no que se refere ao tipo de sociedade de classes que se constitui na América Latina. Em primeiro lugar, sua relação com um tipo de capitalismo designado pelo autor como “capitalismo selvagem”. Em segundo lugar, “a forma e dinamismos da sociedade de classes que se torna histórica e estruturalmente possível sob tal capitalismo”. E, por fim, os “processos de formação, evolução e desagregação da ordem social competitiva na sociedade de classes associada ao capitalismo dependente” (FERNANDES, 1975b, p. 44).

De acordo com o autor, “o capitalismo dependente requer e conduz à sociedade de classes como formação histórico-social típica” (FERNANDES, 1975b, p. 61). Assim, nos países da América Latina, a sociedade de classes se associa ao capitalismo dependente, caracterizado pela ausência de condições de crescimento e de desenvolvimento autônomo, dada 1) a influência exercida pelos interesses do capital estrangeiro, bem como 2) o papel assumido pelos polos dinâmicos internos, e notadamente as escolhas históricas feitas pelas burguesias latino-americanas. Nas palavras do autor,

elas [as burguesias latino-americanas] foram os artífices do capitalismo dependente. Escolheram-no e o fortaleceram como uma alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem, significado ou consequências coloniais, diante das quais as “desigualdades de classe” têm o caráter de uma conquista democrática (FERNANDES, 1975b, p. 58-59. Grifos do autor).

Forma-se, assim, uma burguesia nacional inconsistente, que resiste à democratização correspondente da ordem social competitiva e limita ou anula a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras – o que termina por favorecer seu próprio enfraquecimento e liquidação como agente histórico revolucionário, despojando o capitalismo de suas potencialidades criadoras. Os setores destituídos e as classes pobres, por sua vez, seguem marginalizadas dentro ou fora da ordem social competitiva.

Uma das consequências teóricas da análise dessas especificidades para a teoria sociológica diz respeito à construção de um modelo de análise do capitalismo e das classes sociais que leve em consideração elementos internos e externos às sociedades. Desse modo, a análise deve considerar as duas faces dessa modalidade de articulação, a saber, o “imperialismo econômico” e o “capitalismo dependente”, considerados como “os dois frutos mais importantes do capitalismo moderno em escala internacional” (FERNANDES, 1975b, p. 59). O autor destaca o papel e as funções políticas assumidas pelas burguesias nacionais, cujas decisões internas constituiriam os liames que unem as duas faces da articulação do capitalismo.

Desse modo, Fernandes (1975b, p. 60. Grifos do autor) sustenta que “a variante latino-americana de *capitalismo moderno não* foi motivada por qualquer ideia simplista de ‘determinismo econômico’”. Para Florestan Fernandes (1975b, p. 60),

a economia não precede nem transcende à sociedade e à cultura. Ao contrário, se se constitui um mercado com funções classificadoras ou um sistema de produção que engendra uma ordem social estratificada, fundada na propriedade privada e na mercantilização do trabalho, isso quer dizer que as formas econômicas, socioculturais e políticas que tal mercado ou tal sistema de produção pressupõem se tornam necessárias e se desenvolvem simultaneamente, influenciando-se e determinando-se reciprocamente.

A peculiaridade observada nas condições de desenvolvimento do capitalismo na América Latina diz respeito à persistência de formas econômicas, socioculturais e políticas, variavelmente pré-capitalistas, que interferiram de modo profundo na formação de um capitalismo especificamente moderno e de um sistema de produção propriamente capitalista. “Portanto, não foram nem são poucas as influências que a sociedade e a cultura – e especialmente formações políticas patrimonialistas ou patrimonial-burocráticas – exerceram e exercem na ‘produção social da própria existência’ pelos homens” (FERNANDES, 1975b, p. 60. Grifos do autor).

E, aqui, temos outra consequência teórica fundamental para a análise sociológica da forma e dinâmicos da sociedade de classes que se torna historicamente possível sob o capitalismo dependente e que corresponde à *imbricação de elementos arcaicos e modernos*, a qual não pode ser explicada como produto de diferenças de ritmos e estágios históricos que tenderiam a ser superadas com o decorrer do processo. Pelo contrário, tal imbricação aparece como *condição normal* de desenvolvimento da sociedade de classes nos marcos do capitalismo dependente. Segundo Fernandes (1975b, p. 62),

o que importa, no conjunto, não é a existência do arcaico e do moderno, seu grau de visibilidade e os mundos superpostos que evidenciam. Mas, o modo pelo qual as transformações sucessivas do mercado e do sistema de produção encadeiam a persistência de estruturas socioeconômicas herdadas do passado com a formação de estruturas socioeconômicas novas.

Ademais, na medida em que, no capitalismo dependente, a base econômica carece de potencialidades que permitam imprimir às funções socioculturais e políticas de mercado e do sistema de produção caráter exclusivo e universal, a ordem social competitiva não se universaliza e só atinge plena eficácia de modo parcial. Ou seja, ela atua somente para os indivíduos ou grupos de indivíduos que se classificam dentro de tal ordem, em virtude das posições ocupadas nas relações de mercado ou de produção (FERNANDES, 1975b, p. 61).

O capitalismo dependente não gera uma ordem social competitiva estável e dinâmica, justamente pela impossibilidade de conciliação entre “as forças de preservação da ordem” – que tentam restringir ou anular as funções construtivas da competição como processo histórico-social – com as forças de revolução dentro da ordem, as quais buscam assegurar as garantias de equidade estabelecidas institucionalmente. Como produto desta equação, estabelece-se uma relação entre capitalismo e subdesenvolvimento, que abrange não somente as estruturas econômicas, mas todas as esferas da vida social, envolvendo as formas de agir e a conformação da personalidade – o que favorece a perpetuação da articulação entre elementos arcaicos e modernos no plano das relações sociais concretas (FERNANDES, 1975b, p. 64).

Brasil Jr. (2013, 2017) destaca também a relação estabelecida por Fernandes entre subdesenvolvimento e autocracia, dado o caráter inextricavelmente “autocrático” da transformação capitalista implicada pelo capitalismo dependente, que se associaria não com a correção, mas com o agravamento da monopolização da renda, do prestígio e do poder político. Nessas condições, há uma restrição de todo espaço político aos interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes.

A despeito da mudança de escala na abordagem sociológica das classes sociais assumida por Fernandes nos anos 1970 – ao se concentrar na análise de formações histórico-sociais concretas da periferia do capitalismo –, é importante destacar importantes elementos de continuidade na compreensão do fenômeno da diferenciação em classes esboçada pelo autor, e notadamente a consideração da importância da cultura na reprodução das classes e na produção social da existência que, segundo o autor, permanecia pouco investigada nos países da América Latina até esse momento.

Dentre os principais desdobramentos teóricos decorrentes da análise de Florestan Fernandes sobre o processo de constituição do capitalismo e de uma estrutura de classes nos países da América Latina, é possível destacar sua crítica à herança legada pela sociologia clássica, que desvela suas limitações para apreender as especificidades dos processos histórico-sociais engendrados pelo capitalismo dependente. Como ressalta Brasil Jr (2013, p. 257, 2017), nessas condições, nem as forças produtivas se expandiriam até atingirem sua eficácia máxima, como afirmava Marx, nem o mercado operaria como agência exclusiva de classificação social, tal como na teoria da estratificação social de Weber. Além disso, a sociedade de classes também não produziria um tipo de vínculo igualitário, como na análise de Durkheim sobre as formas de solidariedade do mundo moderno e da existência da pessoa como categoria psicológica, social e moral autônoma.

Como consequência, há uma quebra conceitual entre dois tipos de sociedade de classes e a introdução de uma série de contingências históricas que possibilitam apreender a associação crônica entre sociedade de classes e subdesenvolvimento, colocado em novo patamar teórico. Longe de propor uma mera retificação da teoria sociológica clássica, Fernandes defende uma “verdadeira rotação ótica” da Sociologia, que permita incorporar a análise das duas faces interligadas do capitalismo moderno – imperialismo econômico

e capitalismo dependente – e deste “subtipo” de sociedade de classes, associado ao capitalismo dependente.

Desse modo, segundo Brasil Jr. (2013, 2017), as instâncias de generalização também sofrem uma inflexão na teoria de Fernandes, na medida em que a análise da sociedade brasileira é colocada em outro patamar explicativo, tomada como ferramenta heurística privilegiada para apreender as especificidades da sociedade de classes observadas nos países da América Latina – uma vez que constituiria o tipo mais complexo de capitalismo dependente. Feitas as devidas ponderações na intenção de Florestan de tornar o caso brasileiro generalizável para todo o continente latino-americano, ele despontaria, ao menos, para Brasil Jr. (2017), como o tipo de generalização possível para apreender o padrão de desenvolvimento de um tipo de capitalismo difícil.

Se ainda restava dúvida sobre a posição de Fernandes com relação às potencialidades do processo de modernização, do capitalismo e da ordem social competitiva instaurados no Brasil¹⁰, fica claro nas análises do final dos anos 1960 e anos 1970 que não há uma idealização simplista quanto às possibilidades engendradas por esse processo, as quais devem ser relativizadas, segundo o autor, mesmo no caso dos países capitalistas hegemônicos. Já nos países da periferia, o processo de modernização é visto de um ângulo ainda mais crítico, posto que beneficia sobretudo os interesses dos países capitalistas hegemônicos. Para Fernandes, é necessário inserir tais considerações em qualquer análise da modernidade, do capitalismo e da sociedade de classes que se queira válida do ponto de vista teórico, prático e político no âmbito da Sociologia.

¹⁰ Esta tem sido uma das interpretações dominantes na Sociologia Brasileira acerca do pensamento de Florestan Fernandes e, particularmente, de seu clássico *A integração do negro na sociedade de classes* (1965/1978), de acordo com a qual as desigualdades raciais seriam consideradas *resíduos* da antiga ordem social, que tenderiam a desaparecer com o pleno desenvolvimento do capitalismo e de uma ordem social competitiva no Brasil. Para uma leitura não residualista da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, ver Silva (2016).

Como consequência política, não é possível, para Fernandes (1975b, p. 102), a superação histórica de tais condições através de revoluções dentro da ordem, as quais só poderiam ser superadas através de uma “revolução contra a ordem social” – viabilizada “por meio da explosão popular e do socialismo” e percebida como única possibilidade de ruptura total com o capitalismo dependente e a sociedade de classes que ele engendra. Essa discussão nos conduz ao terceiro apontamento resultante de nossa investigação.

O caráter complexo e multifacetado das lutas sociais

É importante destacar, antes de mais nada, a centralidade assumida pelo conflito e pela luta de classes nas análises empreendidas por Florestan Fernandes sobre a dinâmica das classes nas sociedades capitalistas ao longo de sua trajetória intelectual. Tal centralidade pode ser observada em suas análises de caráter empírico acerca da emergência e desenvolvimento do capitalismo e de uma sociedade de classes no Brasil, como é possível observar em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965/1978) e em *A revolução burguesa no Brasil* (1975/2006). Conforme discutido anteriormente, nessas análises, o autor focaliza as ações dos principais agentes e classes sociais, considerados fundamentais para a reprodução ou transformação da ordem social.

Mesmo quando se volta à análise dos processos histórico-sociais concretos de instauração do capitalismo dependente nos países latino-americanos, Fernandes reafirma a precedência teórica do conceito de classe com relação à ideia de nação. Esta última é considerada importante para a análise da dependência em termos de contexto e sistema de referência, mas não seria possível conceber a nação moderna fora e acima da organização e transformação do sistema de classes. Nesse sentido, o autor afirma que,

operacionalmente, é necessário trabalhar, tanto no plano da observação e da análise, quanto no da interpretação, com as classes. Como a dependência reflete dominação externa de tipo imperialista, no momento histórico que vivemos – no caso brasileiro como em qualquer outro, tanto a partir de fora, quanto a partir de dentro - *o que está em jogo são relações e conflitos de classes*. Assim como a dominação imperialista oculta relações e conflitos de classe, a situação de dependência também oculta relações e conflitos de classe. No entanto, para se explicar como é que essas relações de dominação e de subordinação se dão, *é preciso colocar as relações e os conflitos de classes no centro da observação, análise e interpretação* - o que eu faço, aliás, nos meus trabalhos” (FERNANDES, 1995, p. 62. Grifo nosso).

Assim, qualquer análise sociológica empreendida sob o crivo de uma sociologia crítica – concebida em termos de uma explicação sociológica rigorosa – deve incorporar uma análise das classes e dos dinamismos gerados pelos conflitos de classes – considerados tanto conjunturalmente quanto a longo prazo (FERNANDES, 1995, p. 62).

De modo semelhante, Fernandes destaca o caráter complexo e multifacetado assumido pelos conflitos e pelas lutas sociais nas sociedades capitalistas. Essa constatação é válida tanto para os países capitalistas hegemônicos, quanto para os países vinculados ao capitalismo dependente, guardadas as devidas especificidades que os caracterizam. Assim, as potencialidades democráticas e impulsões igualitárias engendradas pelo capitalismo não impedem a proliferação de desigualdades mesmo nos países centrais – as quais constituem o seu “alicerce normal” –, de modo que tais potencialidades correspondem muito mais aos fundamentos axiológicos e utópicos da ordem social competitiva, mobilizados pelas classes dominantes em seu esforço de legitimação da ordem social e manutenção do *status quo* (FERNANDES, 1975b, p. 98).

Além disso, o autor reconhece o caráter “altamente complexo” do sistema de poder inerente à sociedade de classes, que envolve “diferentes formas de dominação e de liderança, que operam em vários níveis das ações e das relações sociais e que envolvem, em cada nível, poder social, poder social orientado politicamente e poder especificamente

político” (Fernandes, 1975b, p. 102). Como consequência, os conflitos abrangem os mais diversos domínios da vida social. De acordo com o autor, de modo geral,

os requisitos políticos do desenvolvimento capitalista e das relações de classe reaparecem no “mundo burguês” da periferia. Com uma diferença notória apenas: o elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social. Por causa da dependência e do subdesenvolvimento, o desenvolvimento capitalista passa a depender, em maior extensão e profundidade, de formas de dominação e de controles políticos simultaneamente “democráticos”, “autoritários” e “autocráticos”, o mesmo sucedendo com as “relações pacíficas” entre as classes sociais (FERNANDES, 1975b, p. 103. Grifos do autor).

Fernandes se debruça sobre esse processo de exacerbação do elemento político nas relações de classe e suas consequências, considerando as peculiaridades estruturais e dinâmicas da sociedade de classes sob o capitalismo dependente. Nas suas palavras, “por falta de universalidade e flexibilidade, os diferentes povos da ordem social competitiva entram em conflito, antes mesmo de completar-se sua evolução” (FERNANDES, 1975b, p. 64).

Ademais, como a expansão do regime de classes se dá em paralelo ao fortalecimento das vantagens relativas das classes altas e médias – em um sistema que só exprime seu caráter “aberto” ao nível das classes dominantes –, as classes “baixas” pressionam, buscando intensificar sua participação econômica, social e cultural, e imprimir-lhe uma significação política, à medida em que conseguem se classificar na ordem social competitiva e tomam consciência do tipo de estabilidade ou mudança “dentro da ordem” ou “contra a ordem” que mais lhe convém. Isso ocorre porque os progressos dos efeitos dinâmicos da ordem social competitiva “alargam continuamente o acesso das classes “baixas” ao uso da competição e do conflito em fins que se definem em termos de suas posições, interesses e solidariedade de classe” (FERNANDES, 1975b, p. 95).

Contudo, não se trata, para Fernandes (1975b, p. 65) de nenhuma espécie de automatismo, e sim da capacidade das classes baixas de exercer pressão, competindo com os demais “em diferentes níveis de afirmação de si mesmo e de redefinição do conceito de ‘Povo’”. É importante destacar a ênfase do autor na categoria “povo”, a qual é dotada de significação política, e cuja construção parece fundamental como instrumento de articulação entre as nascentes classes trabalhadoras e outros grupos sociais que arcam com os custos e as consequências crônicas do subdesenvolvimento e da dependência estrutural – as quais “não são mitigadas nem desaparecem com a ‘aceleração do desenvolvimento’” (FERNANDES, 1975b, p. 96. Grifos do autor).

Assim, as frustrações das massas sofrem uma evolução paralela, tornando-se mais intensas, ramificadas e conscientes, “graças ao aparecimento gradual de formas de atuação como classe, que antes não existiam, e ao inconformismo solidário de outros grupos ou categorias radicais, que dão maior ressonância e expressão política àquelas frustrações” (FERNANDES, 1975b, p. 97). Tal articulação se mostra necessária na medida em que tais grupos e classes sociais enfrentam uma desproporcional e violenta contraofensiva por parte das classes dominantes, sempre que sua pressão se mostra uma ameaça aos privilégios assegurados por estas últimas. Observa-se uma progressiva adaptação da ordem social competitiva a novas modalidades de dominação autocrática, justamente porque ao mesmo tempo em que as elites aceitam e endossam as novas condições de incorporação ao “‘mundo capitalista hegemônico’, armam-se para submeter o processo a controle político e para sufocar o radicalismo das ‘classes baixas’ e de outros círculos sociais” (FERNANDES, 1975b, p. 98).

Além disso, a ênfase na importância da articulação entre as classes baixas e outras classes, *grupos*, *categorias radicais* ou ainda *círculos sociais*, parece remeter justamente

ao caráter complexo e multifacetado assumido pelas lutas sociais, cujos conflitos se colocam para além da luta das classes trabalhadoras e das demandas no âmbito do trabalho. E, aqui, mais uma vez, a categoria “povo” se mostra um importante instrumento de articulação política entre esses setores dominados.

Essa categoria aparece em *A integração do negro na sociedade de classes*, quando Florestan Fernandes (1978, p. 11) se propõe a analisar a emergência do povo na história. Segundo ele, o foco no negro e no mulato na abordagem deste problema se mostra pertinente na medida em que foi justamente esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou com a desagregação da ordem social escravocrata e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Além disso, conforme discutimos na seção anterior, o autor destaca a articulação entre elementos arcaicos e modernos que fazem com que o mercado não se constitua como a única agência de classificação social, mesclando-se com outros critérios adscritivos herdados do antigo sistema escravocrata, estruturado de modo estamental, que impedem a formação de uma sociedade de classes aberta. Forma-se, assim, “uma sociedade de classes *estruturalmente pluralista*, mas dinamicamente *semi-aberta e semi-democrática*” (FERNANDES, 1975b, p. 100. Grifo nosso).

De outro lado, se a formação de uma sociedade de classes não constitui o único modo de hierarquização e dominação vigentes no país – dada sua coexistência e imbricação com o dilema racial brasileiro –, também não é possível pensar a condição do negro sem considerar sua inserção em uma estrutura social capitalista, que se organiza a partir do desenvolvimento de uma ordem social competitiva e dos dinamismos de uma sociedade de classes. Desse modo, as relações raciais são pensadas em termos estruturais e analisadas pelo autor por meio de uma abordagem que leva em conta seus aspectos

psicodinâmicos e sociodinâmicos. Assim, embora o estudo do negro constitua um estudo de relação racial, ele não deve ser “feito para esgotar a problemática nos termos em que os norte-americanos converteram a relação racial, numa análise que não questiona a sociedade, nem as classes e nem o capitalismo” (FERNANDES, 1975a, p. 23).

Muito embora essa ênfase tenha sido interpretada de modo frequente como uma leitura residualista da questão racial no pensamento de Florestan Fernandes, a qual envolveria uma confusão entre as categorias de classe e raça por parte do autor – e a explicação da desigualdade racial como resultante da pobreza e não do preconceito e da discriminação –, acreditamos que ela aponta para a articulação entre duas formas específicas de dominação e opressão social que tem lugar nas condições histórico-sociais concretas de instauração do capitalismo no Brasil. Nesse sentido, as análises de Fernandes sobre as relações entre classe e raça observadas no âmbito da sociedade brasileira talvez sejam o foco privilegiado para a investigação de sua compreensão sobre o caráter complexo e multifacetado das lutas sociais, que extrapolam o âmbito da luta de classes. Assim, já na nota explicativa que abre *A integração do negro na sociedade de classes*, o autor afirma que

a escolha da ordem social competitiva, como foco de referência das observações, não nasce de qualquer convicção do autor de que ela seja uma ordem social natural ou que ela proporcionará as soluções efetivas para o dilema racial brasileiro. Ela nasceu de uma contingência da própria situação. *O* ainda, *o* aqui e *o* agora formaram o objeto de nossas indagações (FERNANDES, 1978, p. 12. Grifos do autor).

Dadas as condições impostas por uma situação colonial, o capitalismo se desenvolve no Brasil ainda no contexto da ordem social escravocrata – na qual a escravidão servirá como elemento de acumulação primitiva do capital –, articulando, de modo constitutivo, elementos arcaicos e elementos modernos. Desse modo, a superação do dilema racial brasileiro, para Fernandes (1978), exigiria a adoção de técnicas racionais

específicas de intervenção social. Além disso, já nessa obra clássica, o autor afirma que a sociedade brasileira só poderia se tornar uma democracia efetiva quando superasse o problema da desigualdade racial – pauta que permanece atual e tem sido reafirmada nas lutas antirracistas no Brasil contemporâneo.

Paralelamente a tal constatação, o autor revela as potencialidades do despertar de uma consciência de luta pela população negra, vítima do preconceito de cor e da estratificação social subordinada ao critério da raça, que marcariam a ausência de uma autêntica democracia racial no país. De acordo com Soares, Braga e Costa (2002, p. 44),

uma das grandes especificidades da análise desenvolvida por Florestan Fernandes é a de não desvincular a pesquisa direcionada ao presente concreto, histórico, de suas conexões com o passado e com as possibilidades de transformações futuras, isto é, com o tempo *in flux* dos processos sociais, e das convicções, aspirações e alternativas políticas que subjazem a essa realidade.

Desse modo, os autores destacam as continuidades observadas entre as explicações teóricas de Florestan Fernandes acerca do dilema racial brasileiro e suas proposições políticas em face desse dilema como Deputado Federal pelo PT, entre 1987 e 1994, em que o autor esteve em constante diálogo com intelectuais e ativistas do movimento negro – e particularmente do Movimento Negro Unificado (MNU) (SOARES, BRAGA, COSTA, 2002).

Além disso, a articulação das categorias de classe e raça em Florestan Fernandes pode ser observada sobretudo em sua produção intelectual tardia, tal como aparece em *O Significado do protesto negro* (1989). Nesta obra, escrita no momento de sua atuação como parlamentar, Fernandes enfatiza a necessidade de o Partido dos Trabalhadores (PT) expandir a sua mobilização para além das classes trabalhadoras, disputando o potencial

do negro como agente revolucionário, dada a sua condição de dupla dominação e opressão – de raça e de classe. O autor afirma que o dilema social representado pelo negro

liga entre si luta de classes e luta de raças (uma não esgota a outra e, tampouco, uma não se esgota na outra). Ao se classificar socialmente, o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências. Afirmar-se somente pela raça pressupõe uma utopia (Fernandes, 1989, p. 84. Grifo nosso).

Tal afirmação enfatiza a interpenetração de duas polaridades que têm lugar nas sociedades capitalistas, particularmente da periferia – a classe e a raça – e exprimem o caráter complexo e multifacetado assumido pelas lutas sociais, as quais precisam ser melhor compreendidas e articuladas pela teoria e na prática política, na medida em que “a lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa” (FERNANDES, 1989, p. 85). Para o autor, as diferentes radicalidades deveriam, portanto, ser devidamente compreendidas e mobilizadas na prática revolucionária, como uma síntese do diverso, uma vez que são consideradas fundamentais para a negação e transformação da ordem social vigente.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas no presente artigo permitem destacar a atualidade teórica e política do pensamento de Florestan Fernandes e a relevância de suas contribuições para a análise sociológica das classes, das desigualdades e das lutas sociais que se desdobram nas sociedades capitalistas.

A interpenetração das lutas de raça e lutas de classe, enfatizada em sua análise da sociedade brasileira, possibilita uma aproximação entre o enfoque de Fernandes e teóricos/as pós-marxistas que destacaram o caráter sobredeterminado assumido pelas

lutas sociais no capitalismo tardio, como é o caso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe – além de outros/as teóricos/as da teoria social contemporânea.

Conforme discutido anteriormente, longe de conduzir a um descarte da categoria de classe social, no âmbito da teoria social, tais condições exigem, para Fernandes, uma análise mais acurada por parte do/a sociólogo/a acerca das especificidades observadas nos diferentes contextos histórico-sociais e o desvelamento de suas complexas imbricações, com vistas à proposição de possibilidades de atuação prática e política que permitam a crítica e transformação da ordem social.

Assim, conforme afirmamos no início deste trabalho, a nossa intenção não é de esgotar essa discussão, mas, ao contrário, de fomentá-la, colocando a questão acerca da importância e atualidade teórica das contribuições de Florestan Fernandes sobre a análise sociológica das classes, desigualdades e lutas sociais no centro do debate – o que permite confrontar as principais interpretações acerca de seu pensamento e propor novas leituras e interpretações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana R. C. Florestan Fernandes, um trãnsfuga de classe? In: SOARES et al (Org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas*. (no prelo)

BERTONCELO, Edison R. E. 2014. Classes sociais no Brasil. *Plural*. São Paulo, V. 21.2. p. 8-19.

BRASIL JUNIOR, Antônio. 2013. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec.

_____. 2017. Capitalismo dependente, todos os passos de um conceito. Blog do Sociofilo. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/08/03/capitalismo-dependente-todos-os-passos-de-um-conceito-de-florestan-fernandes-por-antonio-brasil-jr/>. Acesso em 02 de novembro de 2020.

CANDIDO, Antônio. 2001. Amizade com Florestan. In: *Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. p. 26-32.

COHN, Gabriel. 2005. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu na Sociologia. *Estudos Avançados*, Ano19, n. 55, p. 245-250.

FAUSTINO, Deivison Mendes. 2015. *Por que Fanon? Por que agora?* Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos.

FERNANDES, Florestan. 1971. Análise Sociológica das Classes Sociais. In: *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. 2 ed. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

_____. 1975a. Sobre o trabalho teórico (entrevista). In: *Trans/Form/Ação*, Marília, vol. 2.

_____. 1975b. Classes sociais na América Latina. In: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global.

_____. 1976. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 1977. Em busca de uma Sociologia Crítica e Militante. In: *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.

_____. 1980/ 2019. *Florestan Fernandes: a pessoa e o político*. Entrevista concedida a José Chasin; Heleieth Safiotti; Marilene Pottes; Narciso Rodrigues; Ester Vaisman; Paulo Barsotti e Paulo Resende.

_____. 1965/2008. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5ª ed. São Paulo: Globo. v. 1 e v. 2.

_____. 1976/2006. *A revolução burguesa no Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Globo.

_____. 1989. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. 1995. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. In: *Novos Estudos*, n. 42.

FREITAG, Barbara. 1987. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Ângela. (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp. p. 163-180.

_____. 1996. Florestan Fernandes por ele mesmo. *Estudos Avançados*, n. 26, v. 10, p. 129-172.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. 2002. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed. 34.

IANNI, Octávio. 1989. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo, Editora Ática.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. 2004. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

SILVA, Lucas Trindade. O CESIT: a elaboração de uma teoria sociológica do desenvolvimento. In: SOARES et al (Org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas*. (no prelo)

_____. 2016. Uma leitura não-residualista da questão racial em Florestan Fernandes. *Estudos de Sociologia*, v. 21, n. 41, Araraquara. p. 361-378.

SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.

SOARES, Eliane Veras; BRAGA, Maria Lúcia Santana; COSTA, Diogo Valença de Azevedo. 2002. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. *Sociedade e Cultura*, v. 5, n. 1. p. 35-52.

CONSIDERATIONS ON THE CONCEPT OF SOCIAL CLASS IN FLORESTAN FERNANDES

ABSTRACT

This article aims to discuss Florestan Fernandes' contribution to the studies on social classes, from three considerations about his theoretical-methodological approach, as it appears in different moments of his intellectual trajectory. The first one seeks to highlight 1) a synthetic understanding of the concept of social classes, which encompasses its synchronic and diachronic dimensions, as well as the objective and subjective, in order to capture significant variations through its different historical-social manifestations. The second note focuses on the 2) author's emphasis on the theoretical relevance of social classes as a concept to analyze not only the central capitalist countries, but also those related to dependent capitalism. The third consideration suggests 3) the assertion of the complex and multifaceted character of social and political struggles, which includes different domains of social life, and articulates different arrangements of hierarchy and social domination. The analysis allows to shed light on less explored aspects of the author's understanding on the dynamics of social classes, as well as to highlight the continuities and conceptual reworking of Florestan Fernandes throughout his trajectory.

KEYWORDS

Florestan Fernandes. Social classes. Brazilian society. Dependent capitalism. Social struggles.